

RECURSO ESPECIAL Nº 1.724.448 - AL (2018/0023550-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : VITÓRIO MANOEL MALTA MARQUES
RECORRENTE : RJM LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME
ADVOGADO : HENRIQUE JOSÉ CARDOSO TENÓRIO E OUTRO(S) - AL010157
RECORRIDO : MARIA DAS DORES JUSTINO CARLOS
ADVOGADO : DÉCIO DÔRES DE ALENCAR - SP176679
AGRAVANTE : VITÓRIO MANOEL MALTA MARQUES
AGRAVANTE : RJM LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME
ADVOGADO : HENRIQUE JOSÉ CARDOSO TENÓRIO E OUTRO(S) - AL010157
AGRAVADO : MARIA DAS DORES JUSTINO CARLOS
ADVOGADO : DÉCIO DÔRES DE ALENCAR E OUTRO(S) - SP176679

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por R. J. M. LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME contra acórdão do TJAL assim ementado (e-STJ, fls. 750/751):

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MORTE DE MENOR. SENTENÇA PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. RECONHECIMENTO DA CULPA CONCORRENTE, SOB A MODALIDADE CULPA IN VIGILANDO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O LOCADOR E LOCADORA DE VEÍCULOS.

PRIMEIRA APELAÇÃO - INTERPOSTA POR VITORIO MANOEL MALTA MARQUES (FLS. 629/657). TESES: I) DA INEXISTÊNCIA DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL - CULPA IN VIGILANDO DA AUTORA / APELADA E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA; II) DA AUSÊNCIA DE PROVAS QUE CORROBOREM A ALEGAÇÃO SUSTENTADA PELA RECORRIDA ACERCA DA CONDUTA IMPRUDENTE POR PARTE DO CONDUTOR DO VEÍCULO; III) DA EXISTÊNCIA DE PLACA INDICANDO O LIMITE DE VELOCIDADE; E, IV) DO ENRIQUECIMENTO SEM JUSTA CAUSA DA APELADA, EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DOS DANOS MATERIAL E MORAL RECLAMADOS - AFASTADAS. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO CONDUTOR DO VEÍCULO. NECESSÁRIO A PROVA DO ATO, DO DANO, DO NEXO CAUSAL E DA CULPA PELO ACIDENTE. RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.

SEGUNDA APELAÇÃO - INTERPOSTA POR RJM LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (FLS. 663/689). TESES: PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - NÃO ACOLHIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA LOCADORA, E SOLIDÁRIA ENTRE ELA E O LOCADOR DO VEÍCULO. MÉRITO. DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE PARA A EMPRESA SEGURADORA, QUAL SEJA, A SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS, EM RAZÃO DA NATUREZA DO CONTRATO DE SEGURO SUB-ROGAR A SEGURADORA NOS DEVERES DA SEGURADA. REITERAÇÃO DE IDÊNTICAS TESES CONTIDAS NO APELO ENCETADO PELO CONDUTOR DO VEÍCULO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSO CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA. NÃO PROVIMENTO.

RECURSO ADESIVO - INTERPOSTO POR MARIA DAS DORES JUSTINO CARLOS (FLS. 710/716). TESES: DA INEXISTÊNCIA DA CULPA CONCORRENTE A ELA IMPUTADA, E EM CONSEQUÊNCIA DISTO, SEJA MAJORADO O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PARA RS 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), E QUE A PENSÃO VITALÍCIA SEJA DE 2/3 DO SALÁRIO MÍNIMO, ENTRE OS 14 E 25 ANOS DA VÍTIMA, REDUZINDO-SE, ENTÃO, PARA 1/3 ATÉ A DATA

EM QUE ESTA COMPLETARIA 65 ANOS DE IDADE. TESE ACOLHIDA EM PARTE. RECONHECIMENTO DA CULPA CONCORRENTE NO CASO, PORÉM, EM PROPORÇÃO DIVERSA DA ESTABELECIDADA NA SENTENÇA. APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA AO CONDUTOR DO VEÍCULO E OBJETIVA DA LOCADORA. DEMAIS TESES REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO. PARCIAL PROVIMENTO. DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA APRECIÇÃO DE OFÍCIO. COMPLEMENTAÇÃO DA SENTENÇA NESTE ASPECTO APLICAÇÃO DA TAXA SELIC, A TÍTULO DE JUROS, EXCLUÍDA A INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, EM RAZÃO DE ESTA JÁ SE ENCONTRAR EMBUTIDA NO REFERIDO INDEXADOR, CUJO INÍCIO DO CÔMPUTO DAR-SE-Á A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 DO STJ. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU REFORMADA EM PARTE. DECISÃO UNÂNIME.

Dois embargos de declaração opostos ao aresto foram rejeitados (e-STJ, fls. 776/787, 799/823, 826/830 e 835/842).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 845/871), a recorrentes aponta violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, incisos I e II, e § ún., II, do CPC/2015. Aduz que o TJAL não explicitou a questão relativa ao limite de velocidade da via onde se deu o acidente. Defende que, ante a inexistência de placa indicativa de velocidade máxima, incide o comando do art. 61, § 1º, II, "a", da Lei Federal n. 9.503/1997, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Argumenta, de outro lado, que o Tribunal local não fez distinção dos precedentes indicados nas razões de apelação, tampouco manifestou sobre a relevância jurídica da existência de placa sinalizadora de travessia de animais para aferir a imprudência do motorista ao argumento de que conduzia em velocidade acima da permitida. A recorrente também suscita violação do art. 373 do CPC/2015, pois o ônus de comprovar os fatos ensejadores da responsabilidade civil é da parte autora, em sentido contrário do que teria asseverado o acórdão recorrido. Por fim, alega violados os arts. 186 do CC/2002, 61, § 1º, II, "a", e 69 do CTB, ao fundamento da inexistência dos elementos que qualificam o dever de indenizar.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 1.005).

Juízo de admissibilidade parcialmente positivo na origem (e-STJ, fls. 1.007/1.014).

Interposto agravo nos próprios autos contra a parte da decisão que inadmitiu o recurso em relação a determinadas violações suscitadas pela recorrente (e-STJ, fls. 1.018/1.030).

Não foi oferecida contraminuta (e-STJ, fls. 1.035).

Por meio de decisão juntada às fls. 1.082/1.086 (e-STJ), indeferi o pedido de tutela provisória de urgência. Contra a decisão foi interposto agravo interno (e-STJ, fls. 1.088/1.101).

É o relatório.

Decido.

De início, não identifico violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, incisos I e II, e §

ún., II, do CPC/2015, sobretudo ante a expressa manifestação da Corte local a propósito da inexistência de sinalização indicativa da velocidade máxima no local do acidente, todavia entendendo pela imprudência do condutor do veículo que não teria agido com cautela em trecho com indicação de travessia de animais (e-STJ, fls. 761/762):

Isto posto, a tese do apelante, de ausência de sinalização na região indicando o limite máximo de velocidade previsto no Código Nacional de Trânsito, também não merece ser arguida. Explico.

Diante das provas existentes, torna-se totalmente nítido que o próprio recorrente reconheceu, conforme o termo de declarações de fls. 346/347, a existência de placa de passagem de animais próximo ao povoado Capiá dos Dolores, ou seja, é evidente que o réu tinha ampla visão da rodovia. Vejamos:

[...] ... que sabe da existência do Povoado Capiá dos Dolores, e que viu a placa de passagem de animais, que fica antes de chegar ao referido povoado.
(Original sem grifos)

Ora, mesmo diante da ausência de sinalização indicando a velocidade máxima no local do acidente, sabe-se que diante da placa sinalizando a aproximação de animais na pista, o condutor do veículo deve reduzir a velocidade. Nesse viés, o artigo 220, XI, do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que:

Art. 220. Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito:

XI - à aproximação de animais na pista;

Infração - grave;

Penalidade - multa.

Logo, apenas a existência de sinalização indicando a passagem de animais é circunstância que, por si só, enseja a necessidade de redução da velocidade e, o fato de o réu saber da existência do povoado Capiá dos Dolores próximo à região do acidente, fortalece ainda mais o dever do condutor em dirigir com prudência e cautela naquela localidade.

Note-se, ademais, que o TJAL invoca como fundamento de suas conclusões a norma prevista no art. 220, XI, do CTB, de cuja violação não cogitou a recorrente, circunstância que atrai a incidência do óbice erigido pela nota n. 283 da Súmula do STF:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Além disso, para concluir pela imprudência do condutor do veículo, a Corte local não se limitou a afirmar a velocidade excessiva, mas também a condução sem as cautelas devidas, assim o fazendo a partir do exame soberano das provas coligidas aos autos, em especial o depoimento de testemunhas – duas delas policiais rodoviários que presenciaram as circunstâncias do acidente logo após sua ocorrência (e-STJ, fls. 758/759):

Seguindo esse norte, analisando o acervo documental carreado aos autos, observo a presença dos elementos caracterizadores da responsabilidade subjetiva do condutor do veículo, ora apelante. Senão vejamos.

Nas declarações prestadas perante o representante do Ministério Público Estadual, os Policiais Rodoviário Federal Remi Gomes de Alcântara e Marco Antônio Malaquias B. De Almeida afirmaram, baseados nos dados colhidos no local do acidente, que o ora recorrente conduzia seu veículo sem as cautelas devidas, a saber:

Remi Gomes de Alcântara (fls. 342/343):

[...] tendo feito, ainda, as mediações e os levantamentos devidos; que a medição foi feita com uma trena; que a distância do lugar onde a vítima foi atingida até onde o corpo foi parar foi de 35,3 metros; que a marca de frenagem do veículo foi de 32 metros [...]; que o condutor do veículo se encontrava em alta velocidade. [...]

Marco Antônio Malaquias B. de Almeida (fls. 344/345):

[...] que, sendo o local do acidente na altura de um povoado, e uma vez existindo placa de sinalização de passagem de animal há poucos metros do lugar do acidente, acha que o condutor do veículo se encontrava em velocidade excessiva para o local.

Na audiência de instrução do processo criminal, a testemunha ocular do fatídico acidente, Sr. Devanildo Honorato dos Santos, afirmou (fls. 416):

[...] acha que o veículo vinha em alta velocidade, possivelmente a mais de oitenta quilômetros por hora; que quando do acidente não constava da rodovia placa sinalizadora de velocidade máxima permitida; apenas placa indicativa de animais na pista, (sic)

Por último, convém destacar a declaração prestada pelo condutor do veículo, Sr. Vitorio Manoel Malta Marques, às fls. 346/347, in verbis:

[...] que sua velocidade quando avistou a menor era de aproximadamente 90 km/h; e que quando se deu o acidente estava a poucos Km/h; que sabe da existência do Povoado de Capiá dos Dolores, e que viu a placa de passagem de animais, que fica antes de chegar ao referido Povoado, (sic)

A revisão desse entendimento é inviável na instância excepcional, a teor do que orienta a Súmula n. 7/STJ.

Por outro lado, o TJAL não alterou a distribuição do ônus probatório na forma regradada pelo art. 373 do CPC/2015, mas apenas asseverou que – a par de haver sido demonstrada a imprudência do condutor do veículo, o nexo de causalidade e o dano – os réus não fizeram prova desconstitutiva do direito do autor, limitando-se a apresentar alegações justificativas sem contudo demonstrar os fatos alegados. Confira-se (e-STJ, fl. 759):

Diante do contexto probatório, restou incontroversa a existência da placa indicativa de animais na pista, bem como que o condutor do veículo se encontrava em velocidade acima da permitida, fato este inclusive admitido por ele mesmo.

Outrossim, considerando que no caso em apreço incide a regra geral sobre o ônus da prova, previsto no art. 373 do novo Código de Processo Civil brasileiro, vislumbro que o ora apelante não apresentou fatos novos aptos a extinguir, impedir ou modificar a pretensão o aural. Mesmo oportunizada ao recorrente a produção de provas a fim de comprovar suas o teses de defesa, este não se desincumbiu de seu ônus probandi, restringindo-se apenas a alegações desprovidas de qualquer suporte fático.

Por todo o exposto, CONHEÇO EM PARTE do recurso especial e, na parte conhecida, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Na forma prevista pelo art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO em 10% (dez por cento) os honorários advocatícios fixados nas instâncias ordinárias.

Prejudicado o agravo interno de fls. 1.088/1.101 (e-STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator